

HABEAS CORPUS Nº 570.121 - SP (2020/0078275-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MAURO EVANDO GUIMARAES
ADVOGADO : MAURO EVANDO GUIMARAES - SP204341
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE CARLOS BARBOSA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSÉ CARLOS BARBOSA JUNIOR contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2030131-26.2020.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 500 (quinhentos) dias-multa, vedado o recurso em liberdade.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, tendo sido denegada a ordem (fls. 135-139).

Neste *writ*, o Impetrante pleiteia a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos e a fixação de regime prisional mais brando.

Aduz, ainda, que não houve fundamentação idônea para a manutenção da prisão cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a aplicação da minorante, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, a fixação de regime prisional mais brando, bem como seja permitido ao Paciente recorrer em liberdade.

É o relatório. Decido o pedido liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

Ao não conhecer das questões referentes à dosimetria da pena e fixação de

regime prisional mais brando, o Tribunal local ressaltou que:

"[o] que se pretende no presente writ, ao pleitear a fixação de regime aberto e a nova dosimetria da pena, é a reforma da r. sentença. Ocorre que a fixação de pena e de regime prisional em sentença condenatória não pode ser discutida na estreita via do 'habeas corpus', por ser matéria de mérito. Assim, se não há qualquer ilegalidade na fixação do regime prisional, não cabe em 'habeas corpus' discussão quanto à justiça ou injustiça do que foi decidido na sentença condenatória. Tal apreciação deve ser feita em recurso de apelação, o qual, inclusive, já foi interposto" (fls. 137-138).

Todavia, a fundamentação do *decisum* não se mostra, em princípio, inidôneo. A propósito, tem decidido esta Corte que, *"[t]endo sido proposto simultaneamente habeas corpus e recurso de apelação em face da mesma sentença, não há falar em constrangimento ilegal praticado pelo Tribunal de origem que não conhece do writ"* (PET no HC 528.210/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019).

De outra parte, verifica-se que o Juízo de primeiro grau, por ocasião da prolação da sentença condenatória, manteve a segregação provisória do Paciente pelos mesmos fundamentos utilizados para a decretação de sua prisão preventiva, os quais ressaltaram que *"o averiguado foi beneficiado com, a liberdade provisória há menos de um mês (certidão de fls. 43/44), mas voltou a delinquir nesta data, tudo a indicar que, se solto, usará do mesmo expediente para a prática dos mesmos delitos, restando evidenciado que não possui freios inibitórios"* (fl. 82).

Assim, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa, o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal *a quo* acerca do alegado na presente impetração, solicitando-lhes, ainda, a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte de origem requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora